



CARTOGRAFIAR É LUTAR: CAMINHOS E POSSIBILIDADES DA AFIRMAÇÃO TERRITORIAL POR MEIO DA CARTOGRAFIA SOCIAL

Alice Soares Oliveira¹, Pacelli Henrique Martins Teodoro²

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, alice.soares@ufvjm.edu.br.

² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, pacelli.teodoro@ufvjm.edu.br.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar e discutir como a cartografia social se apresenta como uma alternativa de metodologia participativa capaz de analisar os conflitos do campo, ao colocar em cena as comunidades, validar seus conhecimentos e remar contra a maré das narrativas hegemônicas. Assim, o uso dessa metodologia pode se apresentar como uma ferramenta essencial para a defesa dos direitos territoriais, promovendo o auto-mapeamento dos povos e comunidades tradicionais.

Segundo Herlihy e Knapp (2003), o mapeamento participativo reconhece e valoriza o conhecimento espacial e ambiental das populações locais, integrando-os em modelos mais convencionais de análise. Ao longo das últimas décadas, especialmente na América Latina, a cartografia adquiriu uma nova dimensão impulsionada pelas práticas de auto-mapeamento, conduzidas junto a povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e outros grupos que foram histórico e sistematicamente marginalizados do processo oficial de representação cartográfica.

Conforme Acelrad (2013), trata-se de um paradoxo: o avanço do capitalismo, ao mesmo tempo em que busca expandir a acumulação e a apropriação privada de recursos, gerou tecnologias de mapeamento digital e georreferenciamento que possibilitaram a popularização dessas técnicas, abrindo espaço para que grupos subalternizados se apropriem delas em favor de seus projetos políticos e identitários. Esse contexto foi ainda mais fortalecido pelas transformações socioespaciais ligadas à liberalização das economias nos anos 1990 e pela crescente colaboração entre pesquisadores de áreas como a Antropologia, Geografia e Sociologia, que passaram a aproximar metodologias participativas e conhecimentos locais.



A cartografia social rompe, assim, os limites da simples representação gráfica de lugares e fronteiras, pois busca capturar as narrativas, memórias e experiências das comunidades, ao mesmo tempo em que denuncia conflitos e pressões externas que incidem sobre seus territórios. Como observa Acselrad (2013), tais experiências expõem a perda do monopólio estatal do ato de cartografar, revelando que os mapas podem ser instrumentos de contra-hegemonia e afirmação territorial. No caso brasileiro, destaca-se o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), que se consolidou como referência ao promover o auto-mapeamento dos povos e comunidades tradicionais, revelando dinâmicas territoriais invisibilizadas por registros oficiais.

Portanto, a cartografia social pode ser compreendida, em termos teóricos, como uma ferramenta facilitadora para consolidar as dinâmicas locais, enfatizando a importância dos elementos culturais por meio da preservação dos valores, conhecimentos, tradições e identidades comunitárias. Além disso, ela impulsiona o aprimoramento da rede de proteção social, ao oferecer orientações para a formulação e implementação de políticas e ações públicas voltadas para o fortalecimento da comunidade. Ao criar mapas acessíveis, o mapeamento participativo promove a responsabilidade dos tomadores de decisão e contribui para melhor percepção no processo das reivindicações de direitos territoriais, sobretudo, em casos de conflitos fundiários e disputas por terras.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) se apresenta como uma iniciativa criada para atuar na luta do campo, envolvendo a comunidade cristã e a sociedade na defesa dos direitos à terra, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e das águas. Desde a década de 1980, quando se iniciou a documentação de conflitos agrários, da violência e da apropriação privada da terra no Brasil, o setor de documentação da CPT é responsável por documentar e denunciar os conflitos de terra, água e trabalho, bem como a violência contra as pessoas e seus direitos.

O trabalho se encaminha metodologicamente pela abordagem qualitativa e exploratória de caráter bibliográfico e documental, firmada em análises de autores da Geografia Crítica, como também na produção dos cadernos de conflitos da CPT. E as reflexões, aqui expostas, vêm de um longo processo de leitura, na busca de compreender as relações entre a cartografia social e os conflitos territoriais brasileiros.

Ao longo do texto, a discussão busca apontar como a cartografia social constitui um caminho promissor, de análise e ação política que pode revelar as dinâmicas territoriais ocultas, contribuindo para o fortalecimento das comunidades atingidas. Dessa maneira, o trabalho busca



reafirmar teoricamente o papel da cartografia social, como instrumento de afirmação territorial e defesa dos direitos no campo brasileiro.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os caminhos, que orientaram o presente trabalho, desenvolvem-se a partir de uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, tendo como horizonte a tentativa de compreender a cartografia social e o modo no qual ela se inscreve como ferramenta metodológica, política e pedagógica, para a leitura dos conflitos por terra e território no Brasil. Assim, a pesquisa foi elaborada a partir de três etapas principais:

- Levantamento bibliográfico sobre a cartografia social, os conflitos fundiários e a Geografia Crítica, buscando compor uma sustentação teórica para a discussão proposta;
- Análise documental do caderno anual de conflitos no campo (2024), produzido pela CPT, compreendido, nesse caso, como fonte documental que mostra as dinâmicas de violência no campo; e
- Interpretação e reflexão teórico-prática: os referenciais foram interpretados de forma reflexiva, buscando articular o território como representação e resistência, com o propósito de evidenciar possibilidades teóricas sobre o uso da cartografia social em contextos empíricos de conflitos.

Diante disso, a pesquisa propõe uma reflexão teórica sobre a potencialidade da cartografia social diante das informações sistematizadas pela CPT, contribuindo para construção de um olhar crítico para o campo brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O território brasileiro é historicamente marcado por disputas em torno da posse da terra. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro esteve profundamente entrelaçado entre a aliança da burguesia, do latifúndio e do capital imperialista, resultando em uma relação de dependência, diretamente ligada à negação de uma reforma agrária, capaz de assentar as bases para uma economia nacional independente do capital estrangeiro (Alfonso et al. 2013). As contradições estruturais do processo de formação socioespacial, presentes desde o período colonial até os dias



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

atuais, mostram que a terra se constitui como elemento central das relações de poder, de acumulação e consequentemente de exclusão. A concentração de terras, resultado da Lei de Terras implementada no ano de 1850, coincidentemente após duas semanas em que foi conferida a lei que elimina o tráfico negreiro, teve a função de impedir que os negros considerados “livres” se fixassem na terra para sobreviver.

Esta realidade, de quase 500 anos, de uma história marcada pela espoliação, pelo genocídio em prol da acumulação capitalista, produziu na mesma intensidade o seu contrário, que se expressa na resistência camponesa. Entretanto, essa classe camponesa que representou marcos inequívocos da oposição à exploração, à sujeição ao capital, não ocupa um papel de destaque na historiografia brasileira, seu papel político continua obscuro, por vezes renegado e ocultado. Na maioria das vezes, as lutas camponesas são estudadas como mero acontecimento isolado, sem transparecer suas origens e seu caráter de classe [...] (Almeida, 1999, p. 138).

A continuidade dessa estrutura concentrada escancara o território brasileiro como produto que expressa uma sobreposição de desigualdades, em que o poder sobre a terra está diretamente relacionado ao poder sobre a vida, como explicita Gonzalez (2022): a existência de um espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O Dossiê Reforma Agrária Popular e a Luta pela Terra (Instituto Tricontinental, 2020) expressa a permanência de uma estrutura fundiária e excludente, onde 1% dos proprietários detém quase metade das terras rurais, revelando que a concentração fundiária continua a estruturar o campo e as relações sociais.

É nesse cenário de desigualdade e crescente violência que se inscreve, em 1975, a CPT, como resposta política a violência que historicamente marca o campo brasileiro, no momento de expansão do capitalismo internacional no campo. Conjuntamente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), surge como uma pastoral comprometida com a defesa da vida, dos direitos e da dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Os impactos desse modelo são evidentes. Os relatórios da CPT compreendem os conflitos como expressões do modelo de prevalência do agronegócio no modelo agrário brasileiro. A instituição classifica-os em alguns eixos principais: conflitos por terra, trabalho escravizado, ocupações e/ou retomadas, acampamentos e conflitos por água – que revelam uma complexa trama de desigualdades que compõem o território brasileiro, com a economia política do agronegócio como pano de fundo. Como destacado no Caderno de Conflitos no Campo, de 2024:

Os “Conflitos no Campo”, que com toda dedicação a CPT levanta em detalhe há quarenta anos, são testemunha ocular da história, da reprodução de uma matriz de violência neste século XXI, especialmente nos últimos 10 anos, com expressões claras nos Eixos Terra, Água e Trabalho, que se mantém mesmo nos anos mais



recentes de 2023 e 2024 (CPT, 2024, p. 33).

A CPT registra, há décadas, o avanço da violência e das violações do campo e, no ano de 2024, foi registrado o segundo maior número de conflitos de toda a série histórica desde 1985, totalizando 2.185 ocorrências e envolvendo cerca de 900 mil pessoas. A violência estrutural se manifesta também em outras dimensões, com a presença de 266 conflitos por água, 151 conflitos trabalhistas e 455 ações de violência direta contra pessoas, atingindo 1.165 pessoas, sendo 222 mulheres e 182 crianças. A contaminação por agrotóxicos atingiu 17.027 famílias.

Os anos de 2023 e 2024 registraram 1.766 e 1.768 ocorrências, respectivamente, mantendo-se no mesmo patamar. Nesse período, não houve nenhum dado que revelasse diminuição da violência agrária no geral, ao fazer um comparativo entre 2016-2022 e 2023-2024; ao contrário, o número de famílias atingidas pelos conflitos relacionados à terra continuam aumentando. Ainda que o número de assassinatos (13 vítimas) tenha sido o menor da década, a CPT alerta que essa redução numérica não representa um abrandamento da violência, mas sim, sua transformação: menos mortes, mais ameaças e tentativas de assassinatos, em um cenário de expansão territorial do agronegócio e criminalização crescente dos movimentos sociais.

Esses dados revelam que os conflitos não são episódios pontuais, mas expressões territoriais de uma estrutura agrária em que a terra continua concentrada e subordinada aos imperativos do sistema capitalista. A CPT identifica que os principais intermediários da expansão da violência são as fronteiras agrícolas da Amazônia e a do MATOPIBA, região onde a monocultura e a mineração avançam sobre as comunidades tradicionais e as áreas de preservação.

Se a colonização foi o marco inicial da invasão estrangeira – dos povos “indígenas” (tupis, guaranis, xavantes, yanomami e tantos outros) – hoje vivemos uma nova onda de internacionalização da nossa agricultura, expresso no domínio da nossa agricultura por grandes empresas transnacionais na compra de terras por empresas fazendeiros e fundos financeiros estrangeiros (Alentejano, 2011, p. 75).

Como bem lembra Pacheco (2013, p. 99), “no modelo de desenvolvimento atual é preciso livrar o território de seus ‘embaraços’, para que, por exemplo, os desertos verdes que dizimam terras, águas (quando não também o ar) se instalem com as monoculturas”. Essa citação evocada pela autora se refere a um projeto de extermínio das diversidades presentes no território, por um movimento de encobrimento das diferenças que coloca o agronegócio como modelo dominante. E, nisso, os conflitos denunciados pela CPT tornam-se expressões concretas da supressão do outros modos e direitos de viver na terra.



Nessa lógica, as áreas de proteção ambiental, terras indígenas e quilombolas, assentamentos rurais e de uso comum são vistos não como espaços de vida e diversidade, mas como entraves ao avanço do capital. A pressão pela expansão da fronteira agrícola transforma esses territórios em zonas de disputa, fomentada pela valorização da terra, pelo aumento da demanda internacional de *commodities* agrícolas e pelo interesse crescente de investidores estrangeiros na apropriação de terras brasileiras (Alentejano et al., 2024).

A partir do material produzido pela CPT, observa-se que os conflitos documentados não são apenas números ou ocorrências esporádicas, mas também, expressões de um projeto de dominação. A própria pastoral reforça que, embora os dados estatísticos sejam importantes para as ciências sociais, cada dado corresponde a uma história de resistência, com famílias ameaçadas, comunidades que se mantêm mesmo com o avanço do agronegócio e povos que lutam pela permanência em seus lugares (CPT, 2006 apud Alentejano, 2024).

Desse modo, esses corpos dissidentes, como os dos indígenas, quilombolas e demais sujeitos que vivem no campo, também são anunciados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta. Nesse sentido, é naturalizado que não gozem plenamente dos direitos humanos e também do direito de viver plenamente em suas terras, pois seus modos de vida são marcados pela negação e inferiorização diante dos modelos de desenvolvimento e expansão do agronegócio, visto que a sua sustentação, além de apropriação do território, também tem a tentativa de encobrimento das identidades e saberes que desafiam esse modelo hegemônico (Carneiro, 2015)

Assim, a cartografia social, quando compreendida teoricamente, acrescenta novas camadas de sentido para compreender o território da maneira como aponta Haesbaert (2007), como uma construção histórica e, portanto, social a partir das relações de poder (concreto e simbólico). Nesse entendimento, as produções de mapas passam a atuar como meios de construção e reconstrução das vozes que habitam esses números. E a representação espacial com a cartografia social, conforme David Turnbull (2000, p. 53), “[...] de fazer visível, vocalizável, e questionável aquilo de que de outra forma seria límpido, calado e inquestionado em relação à representação espacial”, é entendida como uma metodologia participativa que rompe com a pretensa neutralidade da produção de mapas e reconhece a centralidade das experiências na produção dos conhecimentos locais.

Esse deslocamento epistemológico coloca o sujeito mapeado como sujeito mapeador, ao passo que exerce uma função de reapropriação simbólica e prática do território, visto que a cartografia é historicamente vista como um instrumento relacionado à racionalidade tecno-



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

científica, consolidada como um dos principais instrumentos para a formação do Estado nas formas de legitimação das dominações territoriais.

Já o mapa concebido como representação objetiva do espaço foi amplamente utilizado como ferramenta de demarcação, controle e vigilância, calcado na ideia ocidental onde existe uma separação entre sujeito e objeto, em que é possível uma expressão do conhecimento espacial, realizada de modo neutro e universal. Essa percepção, com fundamentos na Europa, foi o principal pilar da tradição cartográfica relacionada a projetos coloniais e capitalistas, no qual o ato de mapear era “confundido” com o ato de invadir, dominar e administrar territórios (Mignolo, 2014).

Como bem observado por Harley (2009, p. 7), “[...] como o Estado estava pronto para financiar a confecção dos mapas, seja diretamente pelo Tesouro, seja indiretamente pela outorga de privilégios comerciais, este conhecimento foi considerado um privilégio”. A afirmação do autor aponta como é visível a estreita relação entre poder político e produção cartográfica, evidenciando que o mapa não era apenas um instrumento técnico, mas um dispositivo de autoridade.

E essa forma de fazer mapas é ligada a uma racionalidade técnica que a cartografia social desafia tensionar, ao desafiar as estruturas de poder que historicamente subordinaram conhecimentos locais a narrativas eurocêntricas totalitárias. Mignolo (2014) apresenta essa face da cartografia europeia moderna tradicional da seguinte forma:

A cartografia europeia moderna, desde o renascimento, é um instrumento de colonização e controle do espaço, paralelo ao Estado moderno (após a Revolução Francesa), que se converte em um instrumento da colonização e do controle da governabilidade. Da mesma forma que a teologia e, em seguida, a ciência se tornaram instrumentos de controle e colonização do conhecimento e funcionam de maneira complementar com o Estado e a cartografia (Mignolo, 2014, p. 65).

No início da década de 1980, consolida-se uma perspectiva crítica da cartografia em um contexto de ruptura política e epistemológica, no instante em que a base positivista e eurocêntrica que se fundamentava a cartografia é colocada em questionamento. A ideia de neutralidade é substituída e o mapa passa a ser considerado como uma construção intencional, limitada e profundamente ligada a interesses e ponto de vista de quem o produz.

Como aponta Acselrad (2013), “as experiências cartográficas devem partir de um ponto de vista simples: o de que todo mapa é arbitrário, pelo fato de atender a critérios e classificações que serão sempre conjecturais e arbitrários”. A limitação na representação cartográfica está justamente no olhar de quem produz, no ponto de vista e nos valores de quem orienta a técnica e, nesse sentido,



o mapa passa a ser entendido enquanto construção social, resultado de escolhas, recortes e perspectivas que podem evidenciar ou ocultar o território representado.

Essa crítica à neutralidade foi apontada por autores da Geografia Crítica latino-americana, como Santos (2002, p. 18), que enfatiza que “descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação, que supõe a existência prévia de um sistema”. A objetividade se torna, portanto, uma ilusão, visto que o conhecimento é construído a partir de uma perspectiva prévia do pesquisador.

Ao deslocar o olhar para as práticas territoriais dos sujeitos e suas territorialidades populares, o território não é apenas um recorte físico, mas também, um espaço vivido, carregado de sentido e memória e revelam tensões e contradições do espaço geográfico. Essa perspectiva também evidencia como os mapas falam por meio de seus silêncios, que historicamente apresentam uma cartografia excludente, como destaca Henrily (2009).

Os silêncios são tão poderosos que, às vezes, é difícil de os explicar apenas recorrendo a fatores históricos ou técnicos. Na Irlanda do século XVII, por exemplo, o fato de os geômetras que trabalhavam para os proprietários ingleses excluírem as cabanas dos autóctones irlandeses de seus mapas “precisos”, não é uma simples questão ligada à escala deste tipo de casa, mas também resultado de tensões religiosas e relações de classe no campo irlandês (Henrily, 2009, p. 12).

Esses silêncios, portanto, não são neutros; eles representam quem pode ser representado e quem deve permanecer fora do mapa. E ao longo do tempo, determinadas práticas de mapeamento acabaram privilegiando alguns modos de representar o espaço em detrimento de outros, o que contribuiu para uma visão parcial da realidade territorial.

Em certo nível, a seletividade e convencionalismo dos mapas não são problemáticos: nós todos aceitamos que não podemos representar tudo de uma vez e que um tipo de representação é necessário. Mas em outro nível nós todos estamos raramente cientes das formas em que as nossas percepções do mundo são ordenadas e suprimidas por construtos sociais. Estamos cegos pelo processo pelo qual o social é naturalizado. Os mapas têm limites, marcos, espaços, centro e silêncios que estruturam o que é e o que não é possível falar (Turnbull, 2000, p. 54).

Nesse cenário, a cartografia social se apresenta como uma ampliação dos horizontes interpretativos, com interpretações mais diversas e comprometidas com a realidade vivida, na qual diferentes narrativas e experiências ganham visibilidade ao reconhecer os silêncios dos mapas na cartografia tradicional. A cartografia social busca preencher lacunas, ampliando vozes que pouco foram representadas oficialmente, com condições em que os próprios sujeitos representem a si e



seus territórios. Ao mesmo tempo, essa virada metodológica não implica na negação técnica da cartografia, mas sua ressignificação ética e política, conforme Acselrad (2013).

É a partir do diálogo de saberes que o conhecimento local pode se expressar. A interação entre sujeitos com conhecimento técnico e sujeitos com conhecimento tradicional deve ser objeto de reflexão por parte dos pesquisadores do processo cartográfico e seus métodos, de modo a se alcançar o diálogo entre técnicas e saberes e evitar a imposição de um sobre outro, ou ainda que se excluam mutuamente (Acselrad, 2013, p. 21).

O encontro das experiências não se opõem, mas se complementam na construção de leituras mais justas e sensíveis do território. A dimensão ética desse processo se dá no reconhecimento de que todo ato de mapear envolve escolhas e responsabilidades e que a representação espacial é também uma forma de posicionamento político. E a cartografia social, ao se propor a promover esse encontro, reafirma sua vocação na luta política, compreendendo as diferentes formas de se relacionar com o espaço e de como isso direciona os processos de mapeamento, como aponta Acselrad (2013).

Outros tipos de experiências, por exemplo, privilegiarão o conhecimento sobre a natureza dos conflitos a partir dos quais esse ato de cartografar se institui, tendo como objetivo fundamental ser um instrumento para que as comunidades tenham maior capacidade de mobilização, de formação de conhecimento, não só sobre suas áreas, mas também sobre os atores em disputa, o que envolve: a identificação das comunidades; a identificação dos conflitos; a identificação dos atores sociais em disputa; e a criação de ambientes de debate direcionados a fazer com que esse processo de construção dos mapas contribua para uma maior articulação entre os movimentos sociais (Acselrad, 2013 p. 33).

Ao assumir o diálogo como princípio, a cartografia rompe com a lógica unilateral de representação e faz um caminho que se constrói no espaço relacional, com a comunidade, o território e o pesquisador, onde a comunidade deixa de ser objeto de estudo e se torna sujeito do seu próprio território, construindo fontes legítimas de conhecimento. Entende-se, assim, que o mapa é um processo coletivo, principalmente em sua criação, que gera uma organização com conhecimento estratégico, capaz de gerar mobilização para a defesa e luta pelo território.

Essa prática, ao unir ciência e experiência, também se transforma em um ato pedagógico e político: primeiro, pois passa a compreender o território para além de sua materialidade, compreendendo-o como espaço de pertencimento e resistência; e segundo, pois restitui às comunidades o direito de se representar, expressando resistência de povos e comunidades que o Estado busca sistematicamente apagar – mapear, nesse caso, se torna um ato de denúncia e resistência diante de projetos que buscam negá-las. E o processo de mapeamento participativo, por meio da cartografia social



meio não se define apenas pelo produto final, o qual é o mapa, mas pelo caminho percorrido até ele, como afirmam Prado Filho e Teti (2013):

[...] e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias [...] (Prado Filho; Teti, 2013, p. 47).

Sob essa perspectiva, o ato de mapear adquire dimensões semelhantes às práticas educativas libertadoras, assim como na sala de aula proposta por hooks (2013), quando a criação de um mapa situacional também se torna um espaço de aprendizado, onde a produção acontece em comunhão. A autora (2013, p. 173) observa que “[...] raramente encontramos exemplos concretos de indivíduos que realmente ocupem posições diferentes dentro das estruturas e partilhem ideias entre si, mapeando seus terrenos, seus vínculos e suas preocupações comuns no que se refere às práticas de ensino”.

Essa reflexão, originalmente voltada para a área da Pedagogia, também ecoa na cartografia social. A criação de um mapa situacional torna-se um exercício de diálogo recíproco, no momento em que existe uma união de diferentes sujeitos para a construção de um conhecimento compartilhado. A proposta ética e política, incentivada por hooks (2013), onde professores e alunos se comprometem igualmente na criação de um contexto de aprendizagem, inspira por analogia o modo como a cartografia social reposiciona o pesquisador – nesse contexto, o técnico não “ensina a fazer” o mapa, mas constrói com a comunidade o sentido de se representar.

Com isso, o mapeamento participativo se apresenta como alternativa para complementar com um olhar próximo da realidade sobre dinâmicas sociais que se apresentam num território considerado marginalizado e desumanizado, travando grande luta histórica. Como ressalta Acselrad (2013), sobre as forças envolvidas na prática da cartografia social,

Estas lutas inserem-se, assim, num espaço de demandas, em muitos aspectos, próximo àquele onde desenvolveram-se tradicionalmente – e, por suposto, continuam a desenvolver-se – as estratégias de luta por acesso universal à terra – aquelas estruturadas em torno das múltiplas formas de luta e de campanhas pela reforma agrária (ACSELRAD, 2013, p. 10).

Sendo assim, a cartografia social se propõe como uma ferramenta facilitadora para consolidar as dinâmicas locais, enfatizando a importância dos elementos culturais por meio da



preservação dos valores, conhecimentos, tradições e identidades comunitárias, compreendendo que as experiências cartográficas se articulam aos processos de reprodução social de cada contexto específico, assim evidenciando conflitos pela apropriação material e simbólica dos territórios.

Além disso, ela impulsiona o aprimoramento da rede de proteção social, ao oferecer orientações para a formulação e implementação de políticas e ações públicas voltadas para o fortalecimento da comunidade. E nesse sentido, junto ao mapeamento participativo, a metodologia é vista como potencial teórico para instrumentalizar as comunidades para uma representação contra-hegemônica e contra-poder do território, dando visibilidade para as perspectivas e uso do próprio território, além de divulgar informações que resultam em um aprendizado coletivo e possíveis resultados positivos para a comunidade. Segundo Acselrad (2013), a cartografia social

[...] auxilia na ampliação do conhecimento dos grupos sociais sobre seus territórios, sobre suas histórias e sobre os usos que fazem de seus recursos naturais; contribui para os processos de reivindicação, de defesa e de proteção dos territórios e de seus recursos; fortalece organizações indígenas; e amplia o diálogo entre os povos indígenas e as instituições governamentais e não governamentais (Acselrad, 2013, p. 18).

A cartografia social coleciona experiências com povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, fundos de pasto, entre outros, articulando mapas e boletins temáticos. Como exemplo prático já consolidado, o projeto da Nova Cartografia Social se inscreve ao promover o mapeamento de processo e ocupação dos territórios. Seu objeto de estudo é o processo de territorialização diferenciada e seus objetivos estão ligados à produção de fascículos e mapas produzidos pelas comunidades, bem como de livros e artigos técnicos pelos pesquisadores.

A metodologia adotada pela Nova Cartografia Social combina oficinas participativas, coleta de depoimentos e uso de ferramentas de georreferenciamento. A produção de mapas realizados é analisada pela comunidade para a certificação da coerência com as demandas e concepções, a fim de atender aos interesses da comunidade. E o resultado se dá em conhecimentos que fogem da lógica vertical do saber científico hegemônico.

Para além de registros, o resultado dos mapas serve de instrumento de fortalecimento político. Os fascículos e mapas tornaram-se ferramentas concretas nas lutas por reconhecimento territorial e políticas públicas. Os mapas, mediante este uso em mobilizações políticas, tem se transformado num instrumento de luta e publicização dos direitos territoriais e étnicos (Almeida, 2013). Nesse contexto, os mapas, quando apropriados pelas comunidades, deixam de ser instrumentos técnicos e passam a funcionar como mediadores políticos, ao invés de limitarem a



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

descrição do território. Tornam-se, por conseguinte, atos de uma enunciação coletiva, nos quais comunidades e povos marginalizados reivindicam o direito de falar sobre o próprio lugar.

Ao refletir sobre a trajetória do projeto Nova Cartografia Social, é possível observar o modelo metodológico desenvolvido possibilita sua complementação com conflitos por terra: enquanto a CPT registra sistematicamente os conflitos agrários, quantificando as problemáticas que emergem o campo, os mapeamentos participativos com a cartografia social propõe novas camadas interpretativas sobre as mesmas dinâmicas, mostrando como o conflito se inscreve no território e suas formas de resistência.

Iniciativas como a cartografia social lançam luz sobre novas possibilidades de representação do território, ao considerarem a perspectiva relacional que as comunidades tradicionais estabelecem com seus espaços – relações essas que ultrapassam a concepção de terra como mera mercadoria ou recurso, mostrando como parte integrante da vida coletiva. Nessa reafirmação, as comunidades resistem às imposições do modo de vida e as formas hegemônicas de apropriação do território que visa desfazer as formas de organização dessas comunidades.

Com isso, trata-se de um desafio romper com os modos tradicionais de representação do espaço, que ao contrário da tendência de cristalizar e silenciar sujeitos, os mapeamentos sociais propõem uma inversão de perspectivas e colocam, no centro, os que foram historicamente deixados à margem. Enfim, o mapeamento se constitui como prática política de resistência produzido a partir da memória coletiva.

Ao ver dos dados produzidos pela CPT e seus conflitos no campo, comprova-se que os números e as estatísticas podem ter a possibilidade de ganhar outros contornos, sob o olhar da cartografia social, concebendo modos diversos de conceber o território, de compreender os conflitos e relacioná-los com o território. Afinal, a cartografia social se apresenta como instrumento que denuncia e empodera as comunidades tradicionais na luta e permanência de seus modos de vida e suas culturas.

É compreensível que nenhum exercício teórico seja capaz de dimensionar por inteiro a construção viva da cartografia social na prática e nem abarcar completamente a complexidade envolvida na experiência participativa em campo. As dinâmicas sociais e políticas, que emergem nos processos, excedem a capacidade descritiva do discurso. No plano teórico, as dimensões vivenciadas por meio de diálogos e trocas, que se constroem nas experiências de luta e mapeamento participativo, ultrapassam o intuito de uma representação conceitual. Nesse sentido, essa limitação não coloca em xeque a dimensão teórica reflexiva, mas a interpreta como uma ponte para a prática. E, nisso, a teorização sobre cartografia social precisa ser compreendida como uma bússola de orientação para a prática e construção do conhecimento comprometida com a transformação social, diante dos intensos avanços do agronegócio no cenário brasileiro.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cartografia social se apresenta como uma possibilidade de construções contra- hegemônicas, de representação do espaço que contemplem as vozes que são sistematicamente desconsideradas pelo Estado e, conseqüentemente, pelos processos de avanço do capital no campo. O presente trabalho buscou compreender teoricamente essa questão e como a possibilidade de olhar para o território pode ampliar vozes e instrumentalizar comunidades, para uma autonomia por via do modo de construção que acontece horizontalmente e se faz entre pesquisadores e comunidades, na busca de representar o território sem o reduzir. As possibilidades de mapeamento participativas nesses casos podem oferecer autonomia, visto que para além de uma metodologia, ela se apresenta como uma prática política e pedagógica, transformando-se em um instrumento de luta, negociação e arquivo de demandas, em que a comunidade é produtora de um saber que possibilita a reivindicação de direitos nos processos de decisão que afetam seus modos de viver.

Nesse contexto, os dados da CPT, organizados pelo CEDOC Dom Tomás Balduino, revelam não apenas números, mas também, categorias analíticas importantes, como “ocupações”, “despejos”, “massacres” e “assassinatos”, que organizam a compreensão da violência no campo brasileiro (CPT, 2024). Assim, mapas e narrativas, produzidos com e pelas comunidades, podem cumprir papel de documentação probatória (usos, ocupação tradicional, pressões externas etc.), apoio à efetividade de direitos, além de funcionarem como instrumento auxiliar e pedagógico nos processos de organização territorial, persistente de conflitos por terra ao longo da última década

Desse modo, o processo de mapeamento participativo coloca as comunidades como produtoras de conhecimento e história, não apenas objetos de estudo ou “beneficiários” de um projeto externo. E nessa ação, existe a construção de autonomia e o fortalecimento de uma luta coletiva pelo direito e o mapa passa a representar não apenas as fronteiras geográficas, mas também, as relações de poder presentes no território, contando a história a partir de outras perspectivas para além do conhecimento produzido verticalmente, de maneira que considera as particularidades das dimensões e relações simbólicas estabelecidas com aquele espaço vivido. Por fim, compreende-se a cartografia social não apenas como uma metodologia, mas uma ferramenta política, com aspectos contracolônias que subvertem as lógicas de conhecimento produzidos hierarquicamente, construindo coletivamente outras maneiras de enxergar o território e os bens naturais, com vida, memória e (re)existência, assim, na contramão da homogeneização e do apagamento das diversidades existentes, com o avanço dos projetos de desenvolvimento capitalista.



Por fim, compreende-se a cartografia social não apenas como uma metodologia, mas uma ferramenta política, com aspectos contracolônias que subvertem as lógicas de conhecimento produzidos hierarquicamente, construindo coletivamente outras maneiras de enxergar o território e os bens naturais, com vida, memória e (re)existência, assim, na contramão da homogeneização e do apagamento das diversidades existentes, com o avanço dos projetos de desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: Mapeamento; metodologia; conflitos.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Cartografia social, terra e território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 223-227, 2014.
- ACSELRAD, H. et al. (Ed.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.
- ALENTEJANO, P. et al. Conflitos no campo brasileiro: uma análise geográfica a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT. **InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 185-213, 2025.
- ALFONSO, D.; MATOS, D. (Org.). **Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil**. São Paulo: Iskra, 2013.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. A. (Org.). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 157-173.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.
- CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no campo Brasil 2024**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2025. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/caderno/conflitos-no-campo-brasil-2024>>. Acesso em: 19 ago. 2025.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins**, São Paulo, v. 5, p. 2-24, 2009.
- HERLIHY, P. H.; KNAPP, G. Maps of, by, and for the peoples of Latin America. **Human organization**, Oklahoma City, v. 62, n. 4, p. 303-314, 2003.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- LIMA, R. P. **Preservação digital e “divulgação” científica na Amazônia**. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapas. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (Comp.). **Injustiça**



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 73-114.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais.
Barbaroi, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jun. 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SAQUET, M. A. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.